

## **OS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS: OS CAMINHOS DE UMA RENOVAÇÃO PRA DIVERSIDADE CULTURAL<sup>1</sup>**

**Jonathan de França Pereira**  
**Graduando em História/UFPB**  
Jonathapret@gmail.com

**Prof<sup>a</sup> Dra. Regina Célia Gonçalves<sup>2</sup>**  
Professora do Departamento de História/UFPB  
reginacelia@ciadaterra.com.br

Fruto das reivindicações de movimentos sociais, a implementação das leis 10639/03- que prevê a obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira - e 1145/03 - que prevê o mesmo em relação aos povos indígenas nos sistemas de ensino do Brasil, representam um avanço significativo para um ensino de qualidade, que reconheça a importância das diferentes matrizes étnicas no processo de formação do país. Contudo, apesar do avanço presente nesta etapa, devemos nos perguntar que tipo de abordagem histórica se pretende transmitir acerca dessas etnias aos estudantes de ensino médio e fundamental. Para isso é preciso estar atento às inovações historiográficas das últimas décadas, mas também enxergar as deficiências e os limites presentes na produção dos livros didáticos de história que, em certa medida, permanecem vinculados a representações ultrapassadas. Assim, este artigo se propõe a analisar algumas abordagens da história dos povos indígenas presentes em dois dos mais recentes livros didáticos para o ensino fundamental.

Já não é novidade que a imagem construída pela historiografia tradicional sobre os indígenas no Brasil - quando não passou pela sua completa omissão - oscilou entre a de vítimas ingênuas de uma história em que não atuaram ou a de obstáculos ao desenvolvimento da civilização. Nas duas hipóteses, se nega a historicidade das sociedades indígenas e se pressupõe seu fatídico destino de extinção (MONTEIRO, 2001, p.4-5) Desta maneira, opera-se o esquecimento da forte atuação indígena no passado, omitindo sua presença e reivindicações no tempo presente. Noções deste tipo, fundadas no século XIX, principalmente através dos Institutos Históricos, que partiam de noções eurocêntricas do conhecimento, se repetem até hoje na historiografia, seja a nível acadêmico ou escolar.

Apesar dessas considerações, temos em vista a transformação pela qual vêm passando os estudos acadêmicos sobre os povos indígenas do Brasil e no mundo. No

Brasil, esta renovação teórica sobre os povos indígenas, foi iniciada majoritariamente por antropólogos no final da década de 1970, tendo como ponto de partida a militância para conquista de direitos das sociedades indígenas contemporâneas (MONTEIRO, 2001, p.6). As novas perspectivas deixam de encarar os indígenas como sociedades em via de extinção, tentando compreender, para além da violência direta e simbólica de que foram alvos, as novas formas de sentido que se articulam através do choque com a cultura europeia no processo de ocidentalização. Dessa forma, passa-se a perceber os indígenas como homens profundamente marcados pela autonomia de decisões<sup>3</sup>, utilizando a todo o momento estratégias políticas diferenciadas, não só como forma de resistência<sup>4</sup>, mas também de modo a se inserir e interferir em novas realidades sociais.

### **Os livros didáticos.**

Propomo-nos aqui a analisar duas obras da historiografia didática para ensino fundamental aprovadas pelo MEC no ano de 2010: *História e vida integrada* de Nelson Piletti, Claudino Piletti e Thiago Tramonte, 4ª.edição, Editora Ática, 2009, que trata da história indígena nos volumes dedicados ao 7º e 8º anos e, *Novo História: conceitos e procedimentos*, de Ricardo Dreguer, Eliete Toledo, 2ª.edição, Editora Saraiva, 2009, que aborda o tema no volume destinado ao 7º ano. Ambos foram selecionados como amostragem, já que em outros livros a que tivemos acesso a temática indígena encontrava-se praticamente ausente.

No manual do professor os autores expõem seus pressupostos teóricos, onde se pode constatar a preocupação com um ensino de história engajada com a diversidade cultural<sup>5</sup>. Na introdução da unidade três: *O que os europeus encontraram na América*, os autores ponderam sobre o significado do choque cultural entre indígenas e europeus. Interessante notar que, logo em seguida, é feita a seguinte consideração: “[...] o encontro entre culturas tão diferentes, a europeia e a ameríndia, transformou profundamente a concepção do mundo dos sujeitos que participaram deste processo histórico e suas marcas ainda hoje são sentidas” (125). Portanto, não encaram o processo como um movimento de uma única parte, mas como processos nos quais europeus e ameríndios atuaram, alterando a ambos os lados, embora em diferentes níveis.

Apesar destes pontos positivos constatamos há alguns equívocos no capítulo XIV, a começar pelo título, *Os Povos Indígenas do Brasil*. Neste capítulo são apresentados apenas os povos tupis, antes da chegada dos portugueses no atual território brasileiro. O

que deveria se tornar um acerto, por demonstrar que o território que seria colonizado pelos portugueses já era habitado por diversos povos, acaba se tornando uma armadilha, pois além do título supor uma idéia de Brasil antes da colonização portuguesa, restringe apenas aos grupos tupis a ocupação de um território habitado por diversos outros grupos étnicos. Ainda no mesmo capítulo são encontrados deslizos, como o caso em que é feita a ligação da antropofagia a canibalismo “nas guerras, freqüentemente se praticava a *antropofagia*, ou canibalismo, entre os grupos indígenas rivais, como uma forma de vingar a afronta do povo inimigo”. (PILETTI e TREMONTE, 2009, p.137).

O capítulo seguinte, *A chegada dos portugueses ao continente americano*, praticamente não trata a questão indígena, sendo apenas retomada no capítulo XVII: *A exploração de Pau-Brasil*. Para apresentar a exploração desse recurso o autor se limita a dizer que “o corte das árvores e seu transporte para os navios eram feitas pelos indígenas. Em troca eles recebiam roupas coloridas, espelhos, canivetes, facas” (PILETTI e TREMONTE, 2009, p.154). Ao parar por aí os autores reproduzem uma representação ingênua dos indígenas, não atentando para a dimensão simbólica e prática que estes utensílios representavam para estes povos.<sup>6</sup>

Já no livro *Nova História*, Ricardo Dreguer e Eliete Toledo partem da seguinte afirmativa na sua apresentação do volume que analisamos aqui: “estudaremos os contatos que se estabeleceram entre povos da Europa, Ásia, África e América do século VI ao século XVII. Destacaremos [...] os processos de dominação de um povo sobre outro e as formas de resistências dos dominados, bem como as trocas culturais ocorridas no processo” (2009, p.3). O que se pode perceber é que o livro se propõe a analisar, a partir do século VI, a história de povos dos cinco continentes ressaltando a diversidade destas populações. Culturas que até o final do século XVII, após a expansão comercial e marítima européia, já teriam entrado em contato entre si com maior ou menor grau de intensidade. Notamos também a utilização dos conceitos opostos de *dominação* e *resistência* empregados para a análise destes contatos que, que apesar de remeter ao caráter conflituoso do processo(s), os autores entendem que suscitaram paralelamente as trocas culturais.

Para tratar dos indígenas que ocupavam o atual território do Brasil, os autores se concentram na divisão em tupis-guaranis, designada como “povos do litoral”, e os grupos que podem ser inseridos no grupo lingüístico macro-jê. Os povos tupis são

abordados nos sub-tópicos, *Organização social e econômica*, onde os autores descrevem suas atividades para obtenção de alimentos, suas características seminômades e a divisão social de gênero; e *Religiosidade*, onde descrevem a atuação dos pajés e a prática dos rituais antropofágicos. Para apresentar os jês ressaltam a grande diversidade existente entre estes: “muitos grupos tinham a caça e pesca como atividades principais. Outros praticavam também a agricultura” (2009, p.174).

No capítulo XII, que trata da colonização espanhola Dreguer e Toledo dão destaque à resistência dos indígenas tanto à exploração do trabalho, quanto à catequização: “essa resistência se expressou em ataque aos padres e incêndio das igrejas por eles construídas” (2009, p.174). Tratam também das mestiçagens étnicas: “também faziam parte da sociedade colonial os mestiços” e das trocas culturais: “Apesar da forte diferenciação social os colonos espanhóis acabaram se apropriando de vários costumes indígenas” (2009, p.174)<sup>7</sup>. Ponderamos aqui que a resistência indígena e a afirmação da identidade indígena não se restringiram à oposição direta aos elementos da cultura ocidental.<sup>8</sup>

No capítulo XIV, voltado para a colonização portuguesa, mais uma vez os indígenas ganham destaque, desta vez através da atuação de missionários Jesuítas. Neste quesito o autor apresenta não apenas os fatores impositivos da conversão indígena, mas também a simbiose de culturas que os aldeamentos, constituídos por várias etnias, possibilitaram: “esta convivência levou à mescla de elementos culturais diferentes, bem como à adoção de uma língua comum falada por todos, fossem índios, padres ou colonos. Era a chamada ‘língua geral’, baseada no idioma tupi” (DREGUER E TOLEDO, 2009, p.196). Desta maneira, os autores convergem com os novos estudos sobre os povos indígenas, que deixam de compreender os mecanismos coloniais apenas em termos de “aculturação” ou “dessocialização”.

No mesmo capítulo os autores reforçam a resistência indígena no período colonial:

"Os indígenas resistiram à imposição do cristianismo e muitos deles se negaram a abandonar seus costumes. Alguns líderes religiosos percorriam as aldeias realizando cerimônias tradicionais [...]. Outra forma de resistência indígena freqüente no século XVI foram os deslocamentos em massa” (2009, p.197).<sup>9</sup>

## Conclusão

O que percebemos com a análise acima, é que os livros didáticos passam por importantes avanços no que diz respeito à história dos povos indígenas. Contudo, ainda se percebe algumas limitações que devem ser superadas para proporcionar à formação básica uma visão menos eurocêntrica de história e para um maior diálogo com as sociedades indígenas contemporâneas. Não obstante, estes livros permitem olhar com otimismo a relevância que a temática indígena começa a assumir no sistema de ensino do país. Os melhoramentos tendem a ser constantes e as falhas corrigidas seguindo as renovações dos estudos acadêmicos. Neste sentido, a lei 1145/03 se torna mais um impulso para a multiplicação das pesquisas sobre o tema e progressivamente se conclui que o entendimento da história indígena é fundamental não só para destrinchar das complexas relações sociais do sistema colonial nos séculos XVI e XVII, mas também para enxergar o papel das tradições que persistem e se transformam com a globalização.

---

Notas:

<sup>1</sup> A análise dos livros didáticos selecionados foi possível através das referências e discussões obtidas dentro do projeto de pesquisa Os “Brasis” e o Jesuíta: os Povos Indígenas no olhar do Padre Antonio Vieira, realizado entre agosto de 2010 e julho de 2011 e financiado pelo PIBIC/UFPB/CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de História e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>3</sup> Ainda que se tente superar a noção de que a dinâmica social indígena pós-contato foi mero fruto da dominação colonial, ressaltando-se a capacidade de escolha dos indígenas; John Monteiro (2001, p77) chama a atenção para o fato que “é preciso considerar que as escolhas pós-contato sempre foram condicionadas por fatores postos em marcha com a chegada dos europeus”.

<sup>4</sup> Atualmente os cientistas sociais têm preferido o conceito de “negociação” em lugar do da noção de resistência. Segundo Burke (2002 p.123), em casos de sociedades de classe: “em geral, os desprivilegiados não rejeitam os valores dominantes, mas “os negociam ou modificam à luz de suas condições existenciais”

<sup>5</sup> O primeiro aspecto que observamos é que se trata de livros que seguem orientações colocadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (BRASIL/SEF, 1998a), cuja pauta está voltada para uma história mais conceitual e atenta à questão da diversidade cultural. Resultado dos esforços de reforma curriculares intensificados na década de 1980 os PCN’s fazem parte de um processo que se deu através dos debates da historiografia no período, em que as questões para o ensino de história passaram pela crítica da “apresentação do processo histórico num eixo espaço-temporal eurocêntrico, seguindo um processo evolutivo, sequencial e homogêneo, [...], redutor da capacidade de o aluno se sentir na condição de sujeito comum, parte integrante e agente da História” (BRASIL/SEF, 1998 a.p.19).

<sup>6</sup> Na concepção de Eduardo Viveiros de Castro (2002, p.223) esta leitura esquece a abertura Tupinambá para alteridade da cultura ocidental. Segundo o autor, essa concepção da relação Tupi com a parafernália dos Europeus, “ainda que inevitavelmente guiada por fins culturais autóctones, não se deixa ler sempre em termos de um instrumentalismo auto-esclarecido. Ele ignora, sobretudo, que a cultura estrangeira foi muitas vezes visada em seu todo como um valor a ser apropriado e domesticado, como um signo a ser assumido e praticado enquanto tal”.

<sup>7</sup> Infelizmente, a apropriação da cultura indígena pelos europeus no livro se restringe à adoção de gêneros alimentares.

<sup>8</sup> Estudos recentes demonstram que, por diferentes maneiras, a simbologia e os valores europeus foram apropriados e ressignificados pelas sociedades nativas em seu benefício próprio, relativizando-se, portanto, o entendimento dessa relação em termos de oposição ou resignação. Em outras palavras, os processos de ocidentalização das sociedades nativas na construção do sistema colonial, estão vinculados a mecanismos de reinvenção das identidades por estas culturas. “A resistência, neste sentido, não se limitava ao apego ferrenho às tradições pré-coloniais, mas, antes, ganhava força e sentido com a abertura para a inovação” (MONTEIRO, 2001, p.77).

<sup>9</sup> Os autores não se equivocam com estas afirmações. Contudo, em certa medida podemos relativizá-las. Deve-se levar em conta que muitos desses deslocamentos se manifestavam com a adoção de uma simbologia cristã, ou melhor, através de simbioses entre a cosmogonia tradicional e a os símbolos cristãos. Este é o caso na santidade do Jaguaribe (Vainfas, 1995) em que indígenas – havendo também mestiços e negros- se rebelaram contra colonos adotando a idéia de um paraíso terrestre. Também não faltam relatos colônias de indígenas que pediram para se aldeiar também como forma de fugir da opressão dos colonos. Eduardo Viveiro de Castro no ensaio “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem” (2001), argumenta o quanto os carajés, que visavam manter o prestígio tradicional baseada nas práticas religiosas pré-contato, de fato foram opositores ferrenhos da cristianização. Contudo, isso não os impedia de se apropriarem do discurso cristão em sua disputa com aos padres. Como demonstra Castro os indígenas sempre estiveram abertos a incorporar as práticas do outro, mesmo com a desconfiança perante os europeus após as primeiras experiências de contato. A inconstância dos indígenas, demonstrada no célebre *Sermão da Sexagésima* de Antonio Vieira (1655) compara os indígenas à murta, que apesar de aparentemente e com certa facilidade tomarem a forma que se deseja, necessitam ser constantemente “poupados” para não retomarem ao aspecto original.

### Referências:

- ALMEIDA, Maria Regina celestino de. **Identidades Étnicas e culturais**. Novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Marta & SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de história; conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.
- GONCALVES, R. C. ; CARDOSO, H. S. ; PEREIRA, J. P. C. R. . Povos Indígenas no Período do Domínio Holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656). In: Carla Mary S. Oliveira; Mozart Vergetti de Menezes; Regina Célia Gonçalves. (Org.). Ensaio sobre a América Portuguesa. 1 ed. João Pessoa: Universitária UFPB, 2009, v. único, p. 39-52
- GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaio de Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2002
- MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre Docência. Unicamp, 2001.
- POMPA, Cristina. *Religião como Tradução*. Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial. Bauru, Edusc, 2003.
- GRUZINSKI, Serge. *A Colonização do Imaginário*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003
- PILETTI e TREMONTE, *História e vida integrada*. 7º São Paulo, Ática, 2009
- DREGUER E TOLLEDO, *Novo História: conceitos e procedimentos*. 7º ano, São Paulo: atual, 2009
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: *História*. Brasília: MEC/SEF, 1998b
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

- 
- BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: nov. 2007.
  - \_\_\_\_\_. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm)>.
  - Brasil, lei 11451 de março de 2008. DIÁRIO OFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, dez de março de 2008.